

ENTRE O FEMININO E O INSTITUCIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (1891-1991)

*Between the feminine and the institutional: Considerations
on the trajectory of women in the Ministério Público do
Paraná (1891-1991)*

Resenha de: CORREIA, Cristiano, O. V. *Breve história
das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-
1991* (2022). Curitiba: Associação Paranaense do Ministério
Público, 2022.

Giovana Eloá Mantovani Mulza¹

RESUMO

O presente trabalho constitui uma resenha da obra *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), do historiador Cristiano O. V. Correia. O livro insere-se no campo da história das instituições e da história das mulheres, fundando-se na metodologia da história biográfica para traçar a trajetória das mulheres no Ministério Público do Paraná entre 1891 e 1991. O autor usufrui de um vasto arcabouço documental e bibliográfico, construindo uma obra de relevância para o entendimento do crescente papel das mulheres em uma instituição tradicionalmente masculina. A partir de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), o leitor se deparará com as trajetórias de servidoras vanguardistas e concursadas que moldaram a história do Ministério Público do Paraná e protagonizaram mudanças em consonância com as novas tendências políticas que marcavam a história das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: História das Mulheres; História do Ministério Público do

¹ Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Editora Chefe da Revista 29 de Abril (PPH-UEM). E-mail: gio_mantovani@hotmail.com

Paraná; Biografias.

ABSTRACT

The present work is a review of the work *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), by historian Cristiano O. V. Correia. The book is part of the field of the history of institutions and the history of women, based on the methodology of biographical history to trace the trajectory of women in the Ministério Público do Paraná between 1891 and 1991. bibliographic, building a work of relevance for understanding the growing role of women in a traditionally male institution. From *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), the reader will come across the trajectories of avant-garde and public servants who shaped the history of the Ministério Público do Paraná and starred changes in line with the new trends policies that marked the history of women in Brazil.

Keywords: Women's History; History of the Public Ministry of Paraná; Biographies.

Mapear a genealogia da inclusão das mulheres no Ministério Público do Paraná é o objetivo do livro *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991*, do historiador Cristiano O. V. Correia, cujo recorte temporal abarca os séculos XIX e XX. A obra foi publicada em 2022 e se insere no campo dos estudos de gênero e na história das instituições, cujas discussões visam problematizar a invisibilidade das mulheres nas memórias oficiais do Ministério Público do Paraná. Trata-se de uma produção que objetiva destacar a participação feminina nos quadros de funcionários dessa instituição, estabelecendo comunicações com a história política brasileira e com a história dos movimentos feministas no Brasil. Cristiano O. V. Correia (2022) constrói uma narrativa didática que busca dar voz às mulheres que historicamente permaneceram alijadas dos resgates históricos daquela instituição.

O livro encontra-se dividido em duas partes, assim como conta com um extenso conjunto de documentos imagéticos e textuais reunidos nos “Anexos” que finalizam a obra. A primeira porção de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) compreende um estudo das mulheres vanguardistas que ocuparam cargos no Ministério Público do Paraná e acabaram sendo “esquecidas” pela

memória institucional. A seletividade que caracteriza a memória resultaria no silenciamento da presença de promotoras, servidoras e estagiárias na história do Ministério Público do Paraná, como foi o caso da promotora Walkyria Moreira da Silva Naked. Cristiano O. V. Correia (2022) lhe categorizou como uma vanguardista, pois havia sido uma das primeiras mulheres a assumir o cargo de promotor público em todo o Brasil. Ocupando o capítulo inicial da primeira parte da obra, Walkyria tem sua biografia abordada pelo historiador, quem assinalaria as vicissitudes que ela se deparou ao longo de sua trajetória como acadêmica de Direito e posterior funcionária da instituição. Além da biografia da promotora, o autor se propõe a tratar sobre o contexto político da República Velha e os impactos do governo varguista para sua nomeação em 1930

Abordagem semelhante é dada à carreira de Maria Alexandrina Ferreira Chaves, cuja biografia recebe atenção no segundo capítulo da primeira parte do livro. Cristiano O. V. Correia (2022) tratou os significados de sua participação na luta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922 pela igualdade de direitos das mulheres. Sua nomeação para o cargo de promotora pública da cidade de Lapa (PR) ocorreu através de um convite do interventor Manuel Ribas em 1932 – aspecto que leva o historiador a categorizá-la como uma *outsider*, tendo em vista que não passara pela tradicional nomeação. No capítulo, é possível visualizar os impactos da história política nacional nos quadros de funcionários do Ministério Público do Paraná. De modo semelhante, a biografia de Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira é tratada no capítulo seguinte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022), onde é destacada a sua atuação na promotoria pública de Curitiba em 1937 e seu interesse pela poesia – o qual lhe deu acesso à imprensa da época. Cristiano O. V. Correia (2022) sinaliza o incentivo de Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira a outras poetisas que buscavam espaço em meio aos escritores homens que tradicionalmente dominavam aqueles ambientes. Sua atuação no Centro Paranaense de Cultura Feminina (CPCF) entre 1935 e 1938 é o exemplo destacado pelo autor para demonstrar o papel da promotora em movimentos que transcendiam o Ministério Público do Paraná.

A atuação de Haydée Bittencourt Guérios é o objeto do quarto capítulo da primeira parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022). Nele, Cristiano O. V. Correia (2022) trata da longa carreira de Haydée Bittencourt Guérios no Ministério Público do Paraná, a qual iniciou sua atuação como estagiária da instituição e alcançou sua posição na promotoria em 1945. Formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ela enfrentaria a não-receptividade do ambiente

acadêmico às mulheres – cuja trajetória reitera ao leitor a continuidade da preponderância masculina nas universidades e nas instituições políticas na década de 1940. Em 1950, Haydée Bittencourt Guérios seria aprovada no concurso para a carreira de Advogada do Estado, sendo precursora na Procuradoria do Estado do Paraná. Sua biografia permite-nos questionar os empecilhos que as mulheres enfrentavam quando optavam por ingressar na carreira pública e negavam o cargo doméstico a que tradicionalmente eram imbuídas. A temporária atuação de Maria de Jesus Boamorte no Ministério Público do Paraná é abordada no capítulo seguinte, a qual é tratada por Cristiano O. V. Correia (2022) como *rábula* por não possuir formação em Direito enquanto trabalhou como adjunta do promotor na comarca de Tibagi em 1932. A pouca documentação sobre Maria de Jesus Boamorte permite ao leitor refletir sobre a seletividade dos arquivos públicos – sobretudo quando se tratava de uma mulher *rábula* na instituição.

Finalmente, a primeira parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) se encerra com a biografia de Lília Lima Lopes Teixeira, que seria estagiária na Primeira Promotoria Pública do Paraná em 1946, promotora pública na comarca de Jaguariaíva em 1947 e primeira juíza do Paraná em 1950. O autor abordou sua ocupação no cargo de juíza como um elemento emblemático para a história das mulheres no Ministério Público do Paraná, ocasionando até mesmo a inclusão da terminologia “juíza” nos documentos da época que tradicionalmente usavam a liturgia masculina. A primeira parte da obra é encerrada com a trajetória de Lília Lima Lopes Teixeira, cujo conjunto de narrativas biográficas retrata as primeiras mulheres a ocuparem cargos na instituição paranaense. Cristiano O. V. Correia (2022) defendeu a importância da reconstrução da história dessas mulheres que usualmente ficaram invisíveis na memória do funcionalismo do Ministério Público do Paraná. A empreitada possui continuidade na segunda parte do livro, onde a abordagem das trajetórias individuais cede espaço a um estudo das mudanças que a instituição compreendeu na segunda metade do século XX. A narrativa biográfica dá lugar a um estudo contextual.

A segunda parte de *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) é composta por 12 textos. São abordados os primeiros concursos públicos da instituição a partir de 1951, onde o sistema de nomeação encontrou-se substituído pelo novo método de ingresso. A mudança estava em consonância com as disposições da Constituição Federal de 1946 – implantada após o término do regime varguista – e da Constituição Estadual de 1947, as quais eram reflexo das mudanças políticas que aquela redemocratização do Brasil implicava. Nesse quadro, as mulheres passaram a prestar, em maior volume, os concursos públicos, tendo em vista que o

certame teoricamente não fazia distinção de gênero. Afinal, “Se as mulheres já participavam da vida política na Faculdade de Direito, se passavam pelos mesmos desafios de seus congêneres de graduação, poderiam, em igualdade de condições, prestar os mesmos concursos e ocupar as mesmas vagas.” (Correia, 2022, p. 155). Apesar das condições, o primeiro concurso não contou com a inscrição de mulheres, as quais somente aparecem na documentação da seleção de 1956. Foi nesse rol de mudanças que ocorreria a aprovação de Celita Teixeira de Alvarenga no concurso de 1959 – objeto do terceiro capítulo da segunda parte do livro. Através de sua carreira, o autor relembra as dificuldades que os procuradores do interior enfrentavam em termos de transporte e infraestrutura.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 compreendem os capítulos seguintes da segunda porção do livro de Cristiano O. V. Correia (2022), onde são tratadas as mudanças enfrentadas pelo Ministério Público do Paraná no contexto da Ditadura civil-militar (1964-1985). Questões da história política brasileira recebem uma maior atenção nesses capítulos, onde são abordados os processos que alguns membros da instituição sofreram pela Comissão Especial de Investigação Primária. Durante esse período, os concursos públicos para provimento do cargo de promotoria pública continuaram sendo realizados, a partir dos quais um número maior de mulheres pode ingressar na instituição. Apesar do avanço numérico, o historiador ressalta a permanência do machismo estrutural responsável por desvalorizar e infantilizar as procuradoras. Casos de ofensa e lesões aparecem na documentação analisada, mesmo sob um contexto de emergência da segunda onda feminista no Brasil nos anos de 1970. Contudo, é significativa a luta das procuradoras desse cenário para o fim da discriminação das mulheres e para o crescimento da sua receptividade na instituição. Seria na década de 1980 que a redemocratização do sistema político permitiu a efetiva legalização dos movimentos feministas e um número maior de mulheres ingressou no Ministério Público do Paraná. O autor evoca as transformações institucionais que seriam subsequentes à implantação da Constituição Cidadã de 1988, levando-nos a refletir sobre os impactos do paradigma democrático na luta pela igualdade das mulheres no funcionalismo público – não somente na promotoria, mas na ocupação de prefeituras e de câmaras também.

Passando por uma rápida análise das promotoras Mari Teresinha Ramos Kotaka e Izabela Kodaka – as quais foram umas das poucas servidoras que deixaram testemunhos diretos de sua vida no Ministério Público do Paraná –, Cristiano O. V. Correia (2022) aborda a biografia de outras duas mulheres que assumiram a liderança institucional: Maria Tereza Uille Gomes e Rosângela Gaspari. Ambas as servidoras participaram do 13º Congresso do

Ministério Público do Paraná, em 1999, onde deixaram a marca de seu papel no quadro de servidoras aprovadas em concursos ao longo do período de redemocratização. A posição de liderança que as duas servidoras ocuparam – Maria Tereza Uille Gomes foi Procuradora-Geral de Justiça entre 2002 e 2004 e Rosângel Gaspari seria eleita como Corregedora-Geral em 2021 – permite que a reconstituição de suas trajetórias conte com uma maior documentação primária.

Embora o livro se dedique sobretudo ao recorte temporal situado entre 1891 e 1991, o autor dedica os três últimos capítulos da segunda parte do livro a analisar as ações em prol da visibilidade das mulheres promovidas pelo Ministério Público do Paraná na passagem dos séculos XX ao XXI. Nesses espaços, Cristiano O. V. Correia (2022) demonstra as iniciativas do programa REConto para a retomada da atuação feminina na instituição, assim como a importância da História Oral para o fim da invisibilidade das mulheres no Ministério Público do Paraná. Segundo o autor, “No programa REConto são entrevistados homens e mulheres, um importante espaço para que também mulheres, membras ou não, constem como protagonistas da história institucional.” (Correia, 2022, p. 310). Também são analisadas a atuação das servidoras paranaenses no Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público (MNMMP), na Diretoria das Mulheres, no Grupo de Estudos Interinstitucional sobre Igualdade de Gênero, no Grupo de Pesquisa em Direito das Mulheres e Perspectiva de Gênero e no Grupo de Gênero – iniciativas que contam com o apoio do Ministério Público do Paraná e que buscam retomar a reflexão sobre o papel das mulheres na referida instituição e na sociedade. Por último, *Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991* (2022) introduz o debate sobre as políticas de inclusão de promotoras negras na instituição com a fundação do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Estado do Paraná (NUPIER) e da norma aprovada em 2017 que garante a reserva de 20% das vagas para negros em todos os concursos para o Ministério Público do país. Cristiano O. V. Correia (2022) dá destaque à Miriam de Freitas Santos, quem foi a primeira promotora negra a ingressar na instituição na década de 1980.

Breve história das mulheres do Ministério Público do Paraná, 1891-1991 (2022) compreende a iniciativa de dar visibilidade às experiências de mulheres que frequentemente foram esquecidas nos compêndios históricos do Ministério Público do Paraná. A obra abarca um extenso recorte temporal e se insere na nova postura da instituição que busca contornar o “esquecimento” com que estagiárias, promotoras e juízas foram relegadas. Inserido no campo da história das mulheres, o livro flerta com a história política e com a história das instituições, carregando o método biográfico como principal característica

e se amparado no estudo de fontes. O autor busca demonstrar o papel das mulheres nos cargos do Ministério Público do Paraná e problematizar temáticas como o machismo estrutural e os papéis feminismo, questionando os mecanismos – nada neutros – que forjam as memórias oficiais. Cristiano O. V. Correia (2022) aborda a trajetória das servidoras vanguardistas e das concursadas que participaram da história do Ministério Público do Paraná e promoveram mudanças em consonância com as novas tendências políticas que marcavam a história das mulheres no Brasil. A leitura torna-se válida para aqueles que desejam compreender o binômio esquecimento-visibilidade que as mulheres paranaenses enfrentaram ao longo de sua jornada na vida pública do estado.